



Companhia
Vale do Rio Doce

GTMAK/062/85

Rio de Janeiro, 19 de Julho de 1985.

Prezados Consultores,

Encaminhamos para seu conhecimento, a política para implantação da programação para o 2º semestre 85 da 6ª Delegacia Regional da FUNAI de São Luis.

Atenciosamente,


Maria de Lourdes Davies de Freitas



CT101072

Av. Graça Aranha, 26 CEP 20005 Rio de Janeiro (RJ) Brasil
Telex (021) 23205 e 21975 C.P. 2414 Tel. 217-4477

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
6a. DELEGACIA REGIONAL
PROGRAMAÇÃO 1985

SÃO LUÍS DO MARANHÃO
MARÇO/1985

APRESENTAÇÃO

A Sexta Delegacia Regional da FUNAI, com sede em São Luís do Maranhão, atende atualmente a uma população indígena de cerca de 10.000 pessoas distribuídas em 11 etnias e 15 reservas indígenas. São estas as etnias:

Comentário de FUNAI

FUNAI	01 - Tenetehara (Guajajara e Tembê)	7.300
	02 - Urubu-Kaapor	530
	03 - Guajã	Aprox. 300
SE	04 - Canela (Ramkokamekra)	760
	05 - Canela (Apanyekra)	286
	06 - Gaviões (Pukobye)	321
	07 - Krikati	347
	08 - Timbira Krepûmkateye	49
	09 - Timbira Kokuirekateye	09
	10 - Tobajara	53
	11 - Guarani	13

*recebido de
Cavalho (Brasil)
em 12.07.85*

FUNAI - 6a. DR - CONVÊNIO CVRD/FUNAI

Ju

No mês de agosto de 1984, a 6a. DR enfrentava mais uma de suas sucessivas crises, originadas pela própria administração regional, que vinha cometendo toda sorte de descalabro administrativo, utilizando-se principalmente dos recursos oriundos do Convênio FUNAI/CVRD.

Os recursos previstos para custeio das obras, equipamentos e serviços no ano de 1984, eram manipulados de tal forma ou "reprogramados" para que fossem transformados em dinheiro vivo e que fossem distribuídos para alguns índios que se apresentavam como líderes comunitários. O dinheiro era entregue em São Luís, e gastos lá mesmo, com superfluos, bebedeiras e às vezes com participação do próprio Delegado Regional da FUNAI.

A notícia da distribuição de dinheiro atraía centenas de índios a São Luís em busca também participar do "rateio" que se fazia em função do "Projeto Ferro Carajás".

Instituiu-se a distribuição de recursos em espécie com a finalidade de custeio de roças dos índios. Funcionários da FUNAI saíam de São Luís com verdadeiras fortunas em espécie dentro de um saco rumo as aldeias para distribuírem dinheiro aos índios para custeio de suas roças.

O "critério" de distribuição dos recursos tinha como base o tamanho das roças e o número de "liderados" que um líder dizia que dependia dele.

Exemplo: Alguns "líderes" para conseguirem mais dinheiro do que os outros diziam que iriam botar 50, 60 até 160 linhas de roça, quando se sabe que uma família só consegue cuidar no máximo de 5 linhas. Os que recebiam dinheiro proporcional além de 5 linhas teriam forçosamente de contratar outras pessoas para o trabalho nas suas roças. Como os outros índios também recebiam financiamento para botarem suas próprias roças dificilmente iriam trabalhar de "aluguel" para outro índio. Surgia então a presença de trabalhadores não índios, que eram "contratados" pelos índios para trabalharem nas roças. Estes "novos empresários" agrícolas, retiam em seu poder maior parte do dinheiro e o resto pagavam os seus empregados.

Os outros índios "não líderes" e que não tinham a sagacidade de formular proposta de que iriam botar roça grande, recebiam muito pouco e alguns até não recebiam nada. Gerando as vezes brigas entre eles.

Após a passagem do "trem pagador" como era chamado o funcionário da FUNAI, que levava o saco de dinheiro, as aldeias ficavam praticamente desertas, pois os índios de posse do dinheiro partiam rumo as cidades e vilas mais próximas para comprar as suas necessidades.

A maior parte do dinheiro era gasto com bebidas alcoolicas e superfluos. Nenhum centavo era utilizado na compra de insumos para suas atividades agrícolas.

Exemplificando este feito houve uma distribuição de dinheiro em Barra do Corda, cerca de 36.000.000 (trinta e seis milhões de cruzeiros) que custeou a maior farra já ocorrida naquela cidade. Mais de 200 índios embriagados pelas ruas.

Terminado a "festa" ficava-se esperando a outra remessa de dinheiro, ou seja a outra etapa do financiamento da roça. Como demorava, centenas de índios se dirigiam a São Luís para buscar mais dinheiro.

Os índios mais conhecedores do sistema burocrático, acompanhava a subida do dolar para reclamarem o novo saldo que restava de determinada meta e exigia a sua reprogramação para "aplicar nas roças". Exemplo: Se existia uma previsão para construção de uma casa de farinha no valor de 3.000 dolares e era gasto apenas 2.500 dolares, o saldo 500 dolares era "reprogramado" para "formação de roças" e o dinheiro é entregue ao "líder" que tinha conhecimento do fato e era "sabido" suficiente para ligar para a "VALE" e conseguir a reprogramação. Este dinheiro nunca chegava às mãos dos membros de sua comunidade e a sua "roça" não recebia nenhum novo insumo para aumentar a sua produção.

Sem falarmos nos valores que foram reprogramados foram gastos no ano de 1984 - 200.000 dólares, ou seja 1.224.000.000 (Um bilhão, duzentos e vinte e quatro milhões de cruzeiros) a título de formação de roças.

Esta verdadeira fortuna não serviu para aumento ou fomento da produção. Muito pelo contrário. Enquanto os índios estavam recebendo dinheiro não se preocupavam com os serviços de roças. As roças que existem em toda área do Maranhão foram feitas exatamente por aqueles índios que não recebiam ajuda financeira.

Comerciantes das vilas e cidades próximas, vendiam a crédito para os índios contando como certa a nova distribuição de dinheiro que a FUNAI iria fazer. E quando demorava, pressionavam os índios para cobrarem da FUNAI e da Vale.

Com o dinheiro distribuído "surgiram" novos líderes, chegando a alterar completamente o sistema político de várias comunidades. Os recursos distribuídos em espécie só "beneficiaram" os que melhor conheciam formas de relacionamento com a sociedade nacional e principalmente se eles sabiam lidar com os funcionários da FUNAI e da VALE DO RIO DOCE.

Alguns índios, não se conformavam apenas com o dinheiro conseguido para "formação de roças" exigiam que a FUNAI os empregasse para receberem mensalmente salários, não interessava se ia trabalhar ou não. Usavam sempre um discurso que dizia: se os brancos funcionários da FUNAI, não trabalham porque exatamente os índios tem que trabalhar? Toda vaga que surgia teria que ser preenchida por índio. Sabendo disto os índios passavam a pressionar o funcionário da FUNAI até ser demitido para conseguir a vaga dele.

A administração da FUNAI em São Luís, que estava nas mãos de pessoas despreparadas, agia ao sabor dos acontecimentos e até fomentava esta situação procurando manter-se no cargo, para aproveitar-se da anarquia em proveito próprio.

Ou seja, os recursos e condições oferecidas pelo Convênio FUNAI/CVRD ao invés de estar procurando fortalecer as comunidades indígenas habitantes no Estado do Maranhão para enfrentar as dificuldades advindas da instalação do Projeto Ferro Carajás, estava aumentando sua dependência consumista diante da sociedade envolvente, criando bolsões de insatisfação entre os índios e provocando até mesmo a fome, através da inexistência de roças, que muito antes do Convênio FUNAI/CVRD já eram realizados e tinham bons resultados.

Diante deste caos, a Direção da FUNAI em Brasília, substituiu a Coordenação do Convênio em Brasília e designou-me para reestruturar os trabalhos administrativos e indigenistas na área do Estado do Maranhão.

Foi afastado o Delegado Regional por desvios de recursos e por desmandos administrativos. Em seu lugar deixamos respondendo o Índio GUAJAJARA, PEDRO MARIZÊ FILHO, um Administrador de Empresas, que já trabalhava na FUNAI em São Luís e com nossa Assessoria começamos a colocar em ordem as coisas.

Tínhamos em nossas mãos uma programação de trabalho - referente ao Convênio FUNAI/CVRD, cuja cópia já se encontrava nas mãos dos índios e estes reclamavam o cumprimento imediato da programação.

Deslocamos um técnico indigenista, que é engenheiro civil, para chefiar as obras previstas na programação. Ultimeamos processos de licitação para compra e contratação de serviços.

Iniciamos um processo de conscientização aos índios, explicando-lhe a modificação dos métodos de trabalho. Demitimos funcionários comprovadamente envolvidos em falcatruas com dinheiro e bens públicos.

Passamos a cobrar melhor desempenho dos funcionários nas suas atividades.

Remanejamos alguns que se encontravam mal utilizados em determinadas áreas.

Levamos para 6a. DR, alguns profissionais do mais alto nível que somados aos já existentes fomos melhorando o nível de trabalho.

Passamos a contar também com a participação do Dr. MERCIO GOMES, contratado pela CVRD e colocado a disposição da FUNAI para assessoria antropológica naquela área.

Imprimimos uma política de austeridade e dirigimos toda nossa ação visando atingir sempre a grande massa de índios e não somente aqueles que se destacam pelos seus conhecimentos de comunicação com a sociedade nacional e que já estavam acostumados ao desperdício e de se aproveitarem individualmente dos benefícios concedidos por agentes tanto da FUNAI como até mesmo da VALE DO RIO DOCE.

As mudanças geraram insatisfação, mas fez com que os índios retornassem as suas aldeias e que fosse sustado o movimento consumista que havia se instalado de forma desordenada.

Tiramos a responsabilidade da VALE DO RIO DOCE por qualquer ato referente ao Convênio, assumindo toda a responsabilidade por erros e acertos da aplicação dos recursos, conscientes dos custos políticos advindos dessa medida, mas vendo que seria a única forma de se conseguir realizar algum trabalho, sério na área do Estado do Maranhão.

Ainda temos sérias dificuldades e muitos acertos ainda necessitam que sejam feitos, pois esbarramos no sistema administrativo da FUNAI que é emperrado e vive ao sabor de normas e leis protecionistas que impedem o saneamento definitivo das falhas administrativas do órgão.

Iniciamos um trabalho de interiorização do atendimento médico e estamos encontrando dificuldades sérias para atingir este objetivo. Primeiro pelas dificuldades encontradas no campo administrativo - médicos se recusam a trabalhar junto as comunidades indígenas - segundo a proibição de novas contratações que coloca em risco todo o objetivo do Convênio.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas e enfrentadas conseguimos realizar 73 obras que estavam previstas na Programação de 1984 e formular um Programa para o exercício de 1985.

O Programa de 1985 sofreu vários atrasos em função de problemas políticos.

A falta de definição da Direção da FUNAI e consequentemente da política indigenista a ser colocada em prática a partir de 15 de março impedia que concluíssemos o nosso programa.

Fomos então programando os gastos e metas por trimestre, o que de certa forma foi bom pois não gerou-se nenhuma grande expectativa nos índios.

Entretanto o programa encontra-se pronto esperando apenas a aprovação.

Teve como objetivo maior atingir as comunidades indígenas como um todo e não apenas alguns de seus segmentos.

Ainda na Programação se vê algumas construções, entretanto infelizmente não foi possível impedir que esses pedidos fossem apresentados. Pois a maioria dos índios ainda vêm nas construções de enfermarias, escolas, etc, ou seja a Estrutura da FUNAI, como símbolo de assistência e exigem que sejam construídas. Mas procuramos elaborar projetos simples para que não se repita o desperdício de recursos nas construções megalomaniacas que foram previstas e executadas com recursos do Convênio.

Um dos pontos de nossa programação que está gerando maior insatisfação entre os índios que no ano passado se beneficiaram da distribuição de dinheiro para formação de roças, é a sua substituição pelo sistema de fomento a produção através do sistema de crédito junto às cantinas.

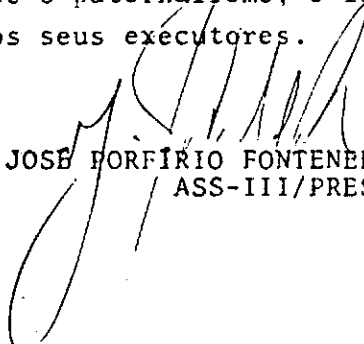
Este sistema que financia somente 5 linhas de roças para cada família tem como objetivo maior atingir principalmente aqueles índios que não sabem se expressar em nosso idioma fluentemente e não tem acesso aos "movimentos" reivindicatórios e de protestos ou mesmo não mantém relacionamento de amizade com agentes do governo ou de outras entidades "protetoras".

Ao mesmo tempo este sistema tem uma finalidade didática de ensinar ao índio o nosso sistema de financiamento a produção, cujos métodos brevemente terão que se utilizar para o fomento e formação de roças.

O não financiamento além de 5 linhas não impede que o índio que assim desejar faça roça maior. Se ele tem condição de botar roça maior deve fazer com seus próprios recursos, pois será obrigado a utilizar de mão de obra de outros. E não seria justo que se financiasse através do Convênio - gerenciamento de exploração de mão-de-obra.

Este tipo de "financiamento" já tivemos a oportunidade de aplicar lá mesmo no Estado do Maranhão, em Barra do Corda. E deu certo. Logicamente que teremos alguns casos de inadimplência, entretanto o resultado, não só pelo retorno do capital empregado, mais principalmente pela forma como o índio se liberta do paternalismo humilhante, será bom, pois os índios terão suas roças com abundância e recuperarão a sua dignidade.

Para que se consiga atingir o objetivo maior do Convênio, é necessário a continuidade dessa política de austeridade, abolindo definitivamente o paternalismo, e finalmente melhorando o nível profissional dos seus executores.



JOSE PORFÍRIO FONTENELE DE CARVALHO
ASS-III/PRES